



NOTÍCIAS DOURADOS

Edital de balanço

Por Redação 17:42 - 23/04/2024

MISSAO EVANGELICA CAIUA
 CNPJ:03.747.268/0001-80 NR:420 - 08/08/1975
 Posto Indígena - Chacara dos Caiuas, S/N, Bairro : Chacaras Caiuas
 DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO ENCERRADO 31/12/2023
 (Em reais)

ATIVO	NOTA			PASSIVO	NOTA	Em 31 de dezembro de	
		2023	2022			2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Entidade - Sem Restrição				Obrigações Entidade - Sem Restrição			
Caixa e Equivalentes de Caixa	13A 13C	3.758.763,73	2.840.527,13	Fornecedores	15A	81.011,74	117.245,19
Créditos a Receber	13D	48.074,41	15.733,03	Empréstimos	15C	981.000,00	0,00
Processos Judiciais	13F	339.311,38	81,00	Obrigações com Pessoal	15D	273.024,28	221.410,46
Valores a Recuperar	13G	190,15	217,59	Obrigações Sociais	15E	71.767,02	51.140,19
Adiantamentos	13H	222,00	2.695,87	Obrigações Fiscais	15F	38.308,76	19.512,69
Estoque	13J	731.217,12	1.496.873,50	Obrigações Diversas	15G	403.542,41	408.367,33
Despesas Antecipadas	13L	3.334,23	22.491,44	Subvenções a realizar	16	3.621.866,13	2.631.994,22
Total do Circulante Entidade - Sem Restrição		4.881.113,02	4.378.619,56	Total do Circulante - Sem Restrição		5.470.520,34	3.449.670,08
Convênios - Com Restrição				Obrigações Convênios - Com Restrição			
Caixa e Equivalentes de Caixa	138 13C	333.821.448,28	242.125.148,41	Fornecedores	15B	289.130,35	106.758,64
Créditos a Receber	13E	143.424,73	1.519.756,06	Obrigações com Pessoal	15H	16.291.454,62	18.785.810,48
Adiantamentos	13I	15.730,69	207.242,96	Obrigações Sociais	15I	3.808.752,13	3.202.847,41
Estoque	13K	14.932,46	11.536,39	Obrigações Fiscais	15J	4.261.958,30	3.797.763,49
Total do Circulante Convênios - Com Restrição		333.995.536,16	243.863.683,82	Obrigações Diversas	15K	272.672,70	1.804.191,13
TOTAL DO CIRCULANTE		338.876.649,18	248.242.303,38	Subvenções a realizar	16	309.104.157,56	216.181.758,18
				Total do Circulante - Com Restrição		334.028.125,66	243.878.929,33
				TOTAL DO CIRCULANTE		339.498.646,00	247.328.599,41
				NÃO CIRCULANTE			
				Com Restrição			
				Passivo Contingencial			
				Ações Judiciais Contingenciais	17A	7.584.937,50	8.890.656,45
				Total do Passivo Contingencial		7.584.937,50	8.890.656,45
				Sem Restrição			
				Empréstimos			
				Empréstimos	19	490.000,00	690.000,00
				Total do Empréstimo		490.000,00	690.000,00

NÃO - CIRCULANTE

Investimento - Sem Restrição							
Cota Capital	130	320,00	0,00				
				Subvenção a Realizar	20	1.943.516,16	4.534.871,04
				Convênio 219/2020			
Entidade - Sem Restrição				Total Subvenção a Realizar		1.943.516,16	4.534.871,04
Imobilizado	14	1.679.691,97	1.458.882,25				
Total do Não Circulante Entidade - Sem Restrição		1.680.011,97	1.458.882,25	Total do Não Circulante Com Restrição		2.433.516,16	14.115.527,49
				TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.018.453,66	14.115.527,49
Convênios - Com Restrição							
Ações Judiciais - Contingenciais	13M	7.584.937,50	8.890.656,45	PATRIMONIO LIQUIDO			
Subvenções a Realizar - Conv. 2019-2020	13N	1.943.516,16	4.534.871,04	Patrimônio Social	22	1.682.586,22	1.233.673,14
Total do Não Circulante Convênios - Com Restrição		9.528.453,66	13.425.527,49	Ajustes de Exercícios Anteriores	23	135.531,17	-23.797,71
				Superávit/Deficit do Exercício	21	-1.250.102,24	472.730,79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.208.465,63	14.884.409,74	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO		568.015,15	1.682.586,22
TOTAL DO ATIVO		350.085.465,63	263.126.713,12	TOTAL DO PASSIVO		350.085.114,81	263.126.713,12

Reconhecemos a Exatidão do presente Balanço Patrimonial

GERALDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE
CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CPF - 809.843.120-72
CRC/MS-010510/O-0

MISSAO EVANGELICA CAIUA
CNPJ:03.747.268/0001-80 NR-420 - 08/08/1975
Chacara dos Caiuas , 5/N, Bairro : Chacaras Caiuas
CEP : 79.812-050

Posto Indígena -
DOURADOS - MS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMPARATIVO PELO METODO DIRETO EM 31/12/2023

VARIÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES

	NOTA	2023	2022
Redução (aumento) de Ativos		4.011.406,83	4.724.032,87
Contas a Receber	130 13E	376.997,52	419.332,14
Receitas	131 24 25	3.634.409,31	4.304.700,73
Aumento (redução) de Passivos		87.627.927,79	76.048.607,59
Salários e Encargos Sociais do Pessoal	150 15E 15H 15I	-251391096,8	-222814037,7
Contribuições Fiscais, Impostos e Taxas	15F 15G 15J 15K 13G	-22221789,59	-20568546,98
Outros Pagamentos	13F 13C 13N 16 26	365211039,2	322909048,7
Adiantamentos	13H 13I	-22.760,78	-584.314,28
Fornecedores	15A 15B	-3.947.464,24	-2.893.542,18
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Imobilizado	14	-24.478,15	-75.750,07
Cota Capital	130	-320,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-24.798,15	-75.750,07
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de Empréstimos	19	-200.000,00	-170.600,00
Empréstimos Tomados	15C	1.200.000,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.000.000,00	-170.600,00
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-92.614.536,47	-80.526.290,39
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	13A 13B	244.965.675,54	164.439.385,15
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		337.580.212,01	244.965.675,54

GERALDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE
CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CPF - 809.843.120-72
CRC/MS-010510/O-0

MISSAO EVANGELICA CAIUA
 CNPJ:03.747.268/0001-80 NR:420 - 08/08/1975
 Posto Indígena - Chacara dos Caiuas , S/N, Bairro : Chacaras Caiuas
 DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 31/12/2023

Descrição	Nota	Patrimônio Social	Ajuste de Exerc. Ant.	Superávit/ Déficit	Patrimônio Líquido
Saldo em 01/01/2022		1.488.239,14		472.710,79	
Superavit do Período	21				
Ajustes de Exercícios Anteriores	23	-337.062,99	-23.797,71		
Transferência do Déficit do Exercício Anterior	22	82.496,99			
Transferência do Ajuste do Exercício Anterior					
Saldo em 31/12/2022		1.233.673,14	-23.797,71	472.710,79	1.682.586,22
Déficit do Período	21			- 1.250.102,24	
Ajustes de Exercícios Anteriores	23		135.531,17		
Transferência do Déficit Exercício Anterior	23	-23.797,71			
Transferência do Ajuste do Exercício Anterior	22	472.710,79			
Saldo em 31/12/2023		1.682.586,22	135.531,17	- 1.250.102,24	568.015,15

GERALDO SILVEIRA FILHO
 PRESIDENTE
 CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
 CONTADORA
 CPF - 809.843.120-72
 CRC/MS-010510/O-0

MISSAO EVANGELICA CAIUA
 CNPJ:03.747.268/0001-80 NR:420 - 08/08/1975
 Posto Indígena - Chacara dos Caiuas , S/N, Bairro : Chacaras Caiuas
 DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO 31/12/2023

(Em reais)

NOTA	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	
Receltas Operacionais - Sem Restrição			
Área da Saúde			
Igrejas	24	599.294,50	515.319,00
Doações	24	34.799,02	95.506,63
Voluntariado	24	14.433,29	53.677,76
Outras Receltas	24	94.177,14	878.311,50
Administração			
Igrejas	24	489.823,85	341.158,85
Igrejas Estrangeiras	24	30.226,80	43.625,70
Doações	24	22.410,17	1.021.217,69
Doações - São Paulo	24	244.255,95	0,00
Doações - Amambai	24	8.434,41	0,00
Projetos Avulsos	24	568.121,08	0,00
Outras Receltas	24	1.620.826,69	1.769.560,55
Instituto			
Igrejas	24	16.690,20	73.674,40
Doações	24	76.851,28	22.290,78
Voluntariado	24	127.036,04	152.657,36
Outras Receltas	24	60.433,89	1.995,50
Campos			
Igrejas	24	189.553,38	164.182,38
Voluntariado	24	158.058,36	225.446,57
Educação			
Outras Receltas	24	0,00	21.000,00
Doações	24	0,00	12.137,88
Assistencia Social			
Doações	24	22.620,68	0,00
Total das Receltas Operacionais - Sem Restrição		4.378.046,73	5.391.762,55
Receltas Subvenções - Com Restrição	16	281.923.159,67	249.374.520,26

Total das Receitas Operacionais - Com Restrição		281.923.159,67	249.374.520,26
Receita Líquida		286.301.206,40	254.766.282,81
Despesas Operacionais - Sem Restrição			
Área da Saúde			
Voluntariado	26	-84.433,29	-59.677,76
Doações	26	-130.127,03	-375.483,56
Despesas Administrativas	26	-2.779.970,69	-2.058.348,92
Área da Administração			
Administrativas	26	-607.624,84	-547.766,31
Gerais de São Paulo	26	-82.693,13	-92.649,56
Gerais de Amambai	26	-11.327,58	-39.678,27
Administrativas Conv. São Francisco	26	0,00	-37.563,87
Financeiras de São Paulo	26	-1.873,36	-1.395,14
Financeiras	26	-17.478,75	-29.442,32
Doações	26	-5.085,17	-295,50
Doações - Amambai	26	-8.434,41	0,00
Tributárias	26	-267,36	-32,78
Indedutíveis	26	-104,12	0,00
Jurídico	26	-65.677,02	-7.617,11
Projetos Avaliosos	26	-184.623,27	0,00
Insttuto			
Doações	26	-76.851,28	-22.290,78
Voluntariado	26	-127.036,04	-152.657,36
Administrativas	26	-135.025,89	-140.688,76
Campos			
Doações	26	-1.750,00	-22.571,09
Voluntariado	26	-158.056,36	-225.446,57
Administrativas	26	-437.366,33	-447.626,10
Assistencia Social			
Doações	26	-187.123,62	-718.394,17
Educação			
Administrativas	26	-1.868,86	-9.676,83
Doações	26	0,00	-12.137,88
Total de Despesas Sem Restrição		-5.034.800,30	-4.995.332,64
Despesas Subvenção - Com Restrição	16	-281.923.159,37	-249.374.520,26
Total das Despesas Subvenções - Com Restrição		-281.923.159,37	-249.374.520,26
Receitas Financeiras - Sem Restrição			
Receitas Financeiras	25	20.652,48	13.747,13
Receitas Financeiras São Paulo	25	21,68	121,81
Total Receitas Financeiras - Sem Restrição		20.674,16	13.868,94
Receitas Diversas - Sem Restrição			
Ganhos Diversos	26	39.627,61	232.765,26
Ganhos Diversos - Amambai	25	2.496,00	3.840,00
Total Receitas Diversas - Sem Restrição	25	42.123,61	236.605,26
Despesas Não Operacionais - Sem Restrição			
Perdas Diversas	25	-487.582,18	-56.720,98
Perdas Diversas - Amambai	25	-16.405,50	-5,25,00
Total Despesas Não Operacionais - Sem Restrição		-503.987,68	-57.245,98
Encargos do Período - Sem Restrição			
Encargos do Período	26	-152.158,76	-116.947,34
SUPERAVIT/DEF			
ICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-1.250.102,24	472.710,79

GERALDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE
CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CPF - 809.843.120-72
CRC/MS-010510/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A MISSÃO EVANGÉLICA CAIULÁ, CNPJ 03.747.268/0001-80 é uma pessoa jurídica de direito privado de caráter assistencial integral a população indígena, com sede no posto indígena, s/nº, CEP 79.812-050, Chácara Caiulá, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, mantenedora do Hospital e Maternidade Indígena, Porta da Esperança e, que tem por finalidade precípua, a promoção e assistência à saúde e educação infantil, o ensino fundamental, prestação de serviços de assistência social, desde o ano de 1928, cumprindo fielmente seus estatutos sociais e a legislação aplicável. Por tratar-se de entidade Filantrópica sem fins econômicos é reconhecida de utilidade pública Municipal (Lei nº 689 de 23/11/67), Estadual (Lei nº 283 de 26/06/68) e Federal (Lei nº 85602 de 30/12/80), Registro no CEBAS junto ao Ministério da Saúde sob nº 25000.111555/2015-00, Parágrafo único da PORTARIA Nº 1.452, de 23/12/2019, a renovação tem validade pelo período de 01/01/2019 a 31/12/2019. Novos processos protocolizados tempestivamente pedido de renovação em 28/11/2018, conforme processo nº 2500.2155498/2018-71 para o período de 01/01/2019 a 31/12/2021; Protocolo nº 2500.173748/2022-75 para o período de 01/01/2022 a 31/12/2024, protocolizada em 20/12/2022 ainda cuja certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para as entidades sem finalidades de lucro, Resolução 1.409/12, que aprovou a Resolução Técnica ITG 2002-R1, combinada com a NBC TG 1000 (CPC PME) contabilidade para pequenas e médias empresas. Para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023, estão sendo ladeadas pelas mesmas peças contábeis de 31/12/2022.

NOTA 03 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 04 - FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.

NOTA 05 - CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 06 - REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabeleceu os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 25, § Único, do Estatuto Social);
- Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 26 do Estatuto Social);
- Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 07 - ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é isenta à incidência das contribuições sociais por força da Lei nº 9.532/97, Lei nº 11.096/06 e Lei nº 12.101/09, regulamentada pela Lei 8.242/2014.

NOTA 08 - CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma instituição social, sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º da Lei nº 12.101/09, e por isso é reconhecida como entidade beneficente de assistência social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 09 - REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09, cumpri os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Os seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 28 do Estatuto Social);
- Aplicam suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 26 do Estatuto Social);
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art. 25, § Único, do Estatuto Social);
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art. 32 do Estatuto Social);
- Consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei No. 8.742/93 (LOAS) e Decreto No. 6.308/07 (art.1º, 2º, do Estatuto Social).

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (Cinco) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovam a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 10 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 entidade beneficente certificada terá jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo as contribuições sociais usufruídas.

Registra-se que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS patronal) da **Entidade**, como se devido fosse usufruída durante o ano calendário de 2023, no montante de R\$ 1.773.823,86 (Um milhão, setecentos e setenta e três mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos). Indica-se ainda, nestas notas explicativas, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS patronal), geradas nos **Convênios**, como se devido fosse usufruída durante o ano calendário de 2023, foram no montante de R\$ 93.951.427,46 (Noventa e três milhões , novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quatro e seis centavos), relativos aos encargos relacionados abaixo:

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais.
- RATS/SAT 3,27%
- Terceiros 5,8%
- 15% sobre serviços prestados por cooperativas.

NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 R3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** optou foi o **DIRETO**.

NOTA 12 - FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do ambiente econômico que a entidade opera.

NOTA 13 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Direitos / Circulante e Não Circulante – Os direitos da entidade foram contabilizados de acordo com o grau de exigibilidade, sendo os realizáveis até o final do exercício seguinte classificados no Ativo Circulante, enquanto que os realizáveis após o término do exercício seguinte classificados no Ativo Não Circulante.

- Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição - Entidade** - Os valores classificados no ativo circulante nas contas caixa, bancos conta movimento e aplicações com liquidez imediata, refere-se às disponibilidades da entidade para aplicações em despesas contratadas e eventuais.

- b) **Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição - Convênios** - Os valores classificados nas contas bancos conta movimento, aplicações com liquidez imediata e cadernetas de poupança, refere-se aos saldos dos recursos provenientes dos convênios firmados com a SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena, Prefeitura Municipal de Amambai e outros, para aplicações em despesas já contratadas. Os valores estão demonstrados pelos valores originais aplicados, acrescidos quando for o caso dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.
- c) **Subvenções a Receber com restrição / Circulante** - Registram-se nesta rubrica os valores contratados que ainda não foram recebidos, referentes aos convênios de parcerias firmados com a SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena e Prefeitura Municipal de Dourados cujos valores são utilizados no objeto dos convênios.
- d) **Contas a Receber - Sem Restrição - Entidade** - Registram-se nesta rubrica os valores a receber da entidade, referentes a pagamentos a maior para funcionários, pagamentos em duplicidade ou a maior a fornecedores e valores a receber de funcionários referente ao plano de saúde HapVida.
- e) **Contas a Receber - Com Restrição - Convênios** - Registram-se nesta rubrica, valores referentes FGTS rescisório, valores a receber da entidade e de funcionários
- f) **Processos Judiciais** - Registram-se nesta rubrica valores oriundos de processos judiciais.
- g) **Valor a Recuperar - ISS - Sem Restrição - Entidade** - Registra-se nesta rubrica ISS a recuperar da entidade, os quais serão objetos de compensação em 2024.
- h) **Adiantamentos - Sem Restrição - Entidade** - Registra-se nesta rubrica valores originais referente adiantamento a fornecedor.
- i) **Adiantamentos - Com Restrição - Convênio** - Registra-se nesta rubrica valores originais referente adiantamento de férias.
- j) **Estoque Circulante - Sem Restrição - Entidade** - Registra-se nesta rubrica os estoques existentes na entidade referente a medicamentos e materiais de uso e consumo, avaliados pelo preço de custo de aquisição.
- Os valores referentes aos estoques de grãos, são originados do reconhecimento do contrato de arrendamento:
- Fazenda Cauana: Prazo de Arrendamento 01/10/2023 a 30/09/2028, totalizando 4.464 sacas de soja e 2.480 sacas de milho anual.
 - Luiz Teixeira De Lima: Prazo de Arrendamento 01/10/2023 a 30/09/2025, totalizando 165 sacas de soja e 110 sacas de milho anual.
- No encerramento do Exercício 2023 a entidade registrou um estoque de soja no valor de R\$ 580.476,60 (Quinhentos e oitenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta centavos) que se refere a 4.629 registrada conforme contrato de arrendamento vigente, os quais estão pendentes de recebimento em 31/12/2023.
- Fazenda Itapoty (Amambai): Prazo de Arrendamento 16/07/2020 a 01/10/2026, 160 sacas de soja e 160 sacas de milho anual. O milho vai ser pago pelo preço de pauta de soja.
- A contabilização do contrato é feita dentro curto prazo, os recebimentos em produtos são avaliados pelo preço de pauta.
- k) **Estoque / Circulante - Com Restrição - Convênios** - Registra-se nesta rubrica os estoques existentes no convênio referentes a materiais de limpeza, materiais de expediente e gêneros alimentícios do convênio Mato Grosso do Sul, avaliados pelo preço de custo de aquisição.
- l) **Despesas Antecipadas - Sem Restrição** - Registra-se nesta rubrica os valores referentes a seguros apropriar de veículos.
- m) **Contas a Receber com restrição e sem restrição / Não Circulante** - Registra-se nesta rubrica os valores relativos a ações trabalhistas em trâmite, consideradas como prováveis, com grau de risco e valor estimado pelos advogados responsáveis, cujo percentual de decisão desfavorável, de acordo com o fator histórico é de apenas 3% (Três por cento), não sendo possível estimar a data de conclusão dos processos. A contabilização em contas a receber dos convênios, no grupo ativo não circulante, se justifica, pois, caso haja conclusão desfavorável, os valores serão arcados pelos convênios, ou seja, o ente governamental.
- n) **Subvenções a Realizar - Sem Restrição** - Registra-se nesta rubrica o valor referente ao convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Dourados cujo o recebimento ocorrerá em períodos superiores a 12 meses do encerramento do balanço.
- o) **Cota Capital:** Registra-se nesta rubrica o valor referente a Cota Capital junto a cooperativa Sicredi, originário da abertura de conta corrente no ano.

NOTA 14 - ATIVO IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado da entidade foram registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação, calculada pelo método linear, mediante aplicações de taxas pré-determinadas pelo Governo Federal para cada item.

NOTA 15 - PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações sem restrição e com restrição / Circulante - As obrigações da entidade foram contabilizadas de acordo com o grau de exigibilidade, sendo os realizáveis e exigíveis até o final do exercício seguinte classificados no Passivo Circulante.

- a) **Fornecedores Entidade** - Os valores contabilizados no passivo circulante como fornecedores referem-se a fornecimentos de materiais, insumos diversos e serviços contratados relacionados às atividades da entidade lançados pelo valor original, obtidos nas notas fiscais de entradas;
- b) **Fornecedores Convênios** - Os valores contabilizados no passivo circulante como fornecedores referem-se a serviços contratados relacionados às atividades dos convênios, lançados pelo valor original, obtidos nas notas fiscais de entrada.
- c) **Empréstimos - Entidade** - O valor refere-se a empréstimos concedidos pela Tesouraria Supremo Concílio (PB) no ano de 2023.
- d) **Obrigações com Pessoal - Sem Restrição - Entidade**

- e) **Obrigações Sociais - Sem Restrição - Entidade**
- f) **Obrigações Fiscais - Sem Restrição - Entidade**
- g) **Obrigações Diversas - Sem Restrição - Entidade**
- h) **Obrigações com Pessoal - Com Restrição - Convênios**
- i) **Obrigações Sociais - Com Restrição - Convênios**
- j) **Obrigações Fiscais - Com Restrição - Convênios**
- k) **Obrigações Diversas - Com Restrição - Convênio**

Ordenados, Rescisões, Férias e 13º Salário a Pagar - Entidade e Convênios: Refere-se a valores líquidos de 12-2023 e diferenças a pagar a funcionários, os quais serão pagos em 2024.

INSS, FGTS, Contribuição Sindical e Assistencial - Entidade e Convênios: Valores provisionados referente encargos s/ folha de pagamento, os quais serão pagos no início do mês de janeiro de 2024.

IRRF, ISS, PIS, COFINS e CSLL Retidos - Entidade e Convênios: Valores retidos em folha de pagamento e de notas fiscais de prestação de serviços, sujeitas a retenções tributárias, que serão repassados ao ente arrecadador no início do mês de janeiro de 2024.

Cheque a compensar - Entidade - Valor referente a emissão de cheque para pagamento de despesas em 2023 que serão compensados em 2024.

Pensão Alimentícia, Seguro de vida a Pagar - Convênios: Valores descontados em folha de pagamento dos funcionários, os quais serão repassados aos credores em 2024.

Aluguel a Pagar - Convênios: Os valores referem-se a alugueis e provisões do mês de 12/2023 e 01-2024 respectivamente os quais serão pagos em 2023.

Obrigações Diversas a Pagar - Entidade: Os valores referem-se a seguros a pagar, empréstimos tomados.

NOTA 15.1 - PROVISÕES CONTÁBEIS

A entidade está em contato com os responsáveis do sistema contábil utilizado, para resolver e compreender as razões pelas quais os relatórios gerados não apresentam as informações corretas. Por esse motivo as informações não foram incluídas nas demonstrações contábil do exercício 2023, e estamos trabalhando para que as mesmas sejam processadas no exercício de 2024.

NOTA 16 - SUBVENÇÕES CONVÊNIO PÚBLICOS

Os ingressos de subvenções são recursos provenientes de convênios de parcerias firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas, cujos valores repassados foram usados no objeto dos convênios, previamente definidos pelo Ministério da Saúde/SESAI, Prefeitura Municipal de Amambai e Prefeitura Municipal de Dourados, mantendo em torno de 5.435 funcionários, realizando ações complementares de Saúde atendendo cerca de 6.577.813 indígenas. No exercício de 2023 os valores executados atingiram o montante de R\$ 281.923.159,67 (Duzentos e oitenta e um milhões, novecentos e vinte e três mil, cento e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos), restando um montante de R\$ 272.633.807,36 (Duzentos e setenta e dois milhões, seiscentos e trinta e três mil, oitocentos e sete reais e trinta e oito centavos) a realizar.

NOTA 16.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS - GLOSAS

Os processos administrativos de análise de contas dos convênios firmados em 2011 foram todos concluídos e nestes foram apontadas glosas, que foram incluídas como dívida ativa perante a União Federal pelo não adimplemento no prazo legal. Embora contem como Dívida Ativa, os valores não foram incluídos no balanço contábil, considerando que ocorreu a suspensão da maduridade por determinação judicial, tendo em vista que há divergências jurídicas sobre as glosas apontadas. Os referidos processos administrativos foram enviados ao Tribunal de Contas da União - TCU, em sede de tomada de conta especial, onde a corte de contas julgou as contas como aprovadas, entendendo não haver qualquer dano ao erário público. Com a decisão tomada o TCU informou o Fundo Nacional de Saúde - FNS acerca do acórdão e seu teor, e este está recomendando as suas unidades que reconsiderem as orientações anteriores para glosa e passem a acatar a recomendação do TCU para aprovar as contas. O processo administrativo de reversão das glosas teve início e dentre em breve as glosas serão retiradas e a inscrição de dívida ativa serão baixadas. Necessário aguardar os procedimentos administrativos junto ao Governo Federal para baixa das CDA's bem como revisão de todos os atos internos da análise de contas.

NOTA 17 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Não Circulante - com restrição - As obrigações da entidade foram contabilizadas de acordo com o grau de exigibilidade, sendo os realizáveis após o término do exercício seguinte classificados no Passivo Não Circulante.

a) Provisão Contingencial Provável - Convênios – Os valores registrados como passivo contingencial no grupo Passivo não circulante, conforme tabela abaixo, se refere a ações trabalhistas, consideradas como prováveis, com grau de risco e valor estimado pelos advogados responsáveis, cujo percentual de decisão desfavorável, de acordo com o fator histórico é de apenas 3% (Três por cento), não sendo possível estimar a data de conclusão dos processos. A contabilização em contas a receber, no grupo ativo não circulante, se justifica, pois, caso haja conclusão desfavorável, os valores serão arcados pelos convênios, ou seja, o ente governamental. Tal entendimento é consolidado, pois o real tomador dos serviços trabalhistas que geram essas ações é o próprio ente federal concedente dos convênios, conforme se depreende das ações julgadas em última instância, conforme acordos – processo 0000350-37.2012.5.14.0071 do TST e processo TST-AIRR-115-45.2011.5.11.0053, cópias anexas, onde ficaram explicitas, tanto a solidariedade quanto a subsidiariedade. Desta forma, todo o eventual passivo ou ônus de tais ações, onde não houver dolo ou falta da convenente (MEC) deverá ser arcado e suportado com recursos do próprio convênio, ou seja, do ente governamental. Ressalte-se ainda que ao longo desses anos em que a entidade vem se relacionando com o governo federal através dos convênios no âmbito do subsistema de atenção em saúde indígena (SASI/SUS), sempre lançou mão da utilização de recursos de aplicação financeira, recursos estes que podem e devem ser utilizados no objeto dos convênios, para fazerem frente a estas despesas. Razível ainda perceber, que assim como os valores convênios não devem contabilmente ser considerados como receitas da entidade, tais ônus, não são gerados por culpa de má execução ONG, também não devem onerar seu balanço, devendo sim, ser suportado pelo real tomador dos serviços.

b) Passivo Contingencial Possível – Os dados abaixo se referem a ações trabalhistas que estão tramitando na justiça, as quais não foram provisionadas contabilmente, pois não são prováveis, sendo consideradas possíveis, com grau de risco e valor estimado pelos advogados responsáveis pelos processos, cujo percentual de decisão desfavorável, de acordo com o fator histórico, é de apenas 3% (Três por cento), não sendo possível estimar a data de conclusão dos processos. Importante salientar que em caso de perda das ações mencionadas neste tópico, elas estão nas mesmas condições das ações mencionadas no tópico anterior.

NOTA 19 - EMPRESTIMOS

A Entidade possui empréstimos efetuados junto a Tesouraria Supremo Concílio IPB, contabilizadas no passivo não circulante por não ter prazo definido para pagamento.

NOTA 20 - SUBVENÇÕES A REALIZAR

Registra nesta nota o valor de R\$ 1.943.516,16 (Um milhão, novecentos e quarenta e três mil; quinhentos e dezesseis reais e dezesseis centavos) referente convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Dourados cujo o recebimento ocorrerá em período superior a 12 meses do encerramento do balanço.

NOTA 21 - DEFICIT DO EXERCÍCIO

O Déficit do exercício de 2023 foi de R\$ 1.250.102,24 sendo que R\$ 808.912,33 (Oitocentos e oito mil, novecentos e doze reais e trinta e três centavos) operacional e R\$ 441.189,91 (Quatrocentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e nove reais e noventa e um centavos) não operacional, o qual será incorporado ao patrimônio social após aprovação em assembleia, em conformidade com as exigências legais estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14 que revogou a Resolução CFC nº 877/2000 (NBC 10.15) que descreve o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 22- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é composto do patrimônio líquido inicial, acrescido dos superávits e subtraído dos déficits ocorridos e registros de ajustes pertinentes ao longo da existência da entidade, totalizando na data de encerramento do balanço o valor de R\$ 568.015,15 (Quinhentos e sessenta e oito mil, quinze reais e quinze centavos).

NOTA 23 - AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, cujo saldo final no valor de R\$ 135.531,17 (Cento e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e dezesseis centavos) é decorrente de efeitos provisionais a exercícios anteriores, cujo saldo será transferido para o patrimônio social após a aprovação da assembleia. No exercício de 2023, ocorreram os seguintes ajustes referentes a exercícios anteriores:

NOTA 24 - RECEITAS DA ENTIDADE

Receitas da entidade - As receitas da entidade são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas, além de recursos originados de convênios com órgãos públicos, sendo reconhecidas pelo seu valor original, segregadas em contas específicas que identificam suas origens. Pela sua perseverança em se conseguir doações de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo produtos de consumo diário e de pronto para aplicação dentro dos seus objetivos, inclusive produtos alimentícios, a entidade pugnou e recebeu no exercício de 2023 diversas doações, as quais, em virtude de formação de suas origens, não foram acompanhadas dos competentes documentos fiscais por doação. A administração da Missão, no intuito de demonstrar sua total transparência e princípios, consultou a Auditoria Independente Externa, recebendo parecer técnico, que na ausência destes documentos (notas fiscais e outros correlatos), poderia a Instituição elaborar "Relatório Interno de Doações Recebidas Durante o Mês", registrando, discriminação dos produtos, quantidades, valorando seus preços e identificando os respectivos doadores, concluindo com assinaturas do dirigente da Entidade. Estes produtos foram doados em sua grande maioria, pelas Igrejas Evangélicas brasileiras, deste e de outros estados da Federação. O valor dos produtos recebidos destes doadores diversos, levados a crédito da Missão Evangélica Caiuá e a débito das contas de despesas específicas atingiram a soma de R\$ 409.371,51 (Quatrocentos e nove mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos).

NOTA 25 - RECEITAS FINANCEIRAS E NÃO OPERACIONAIS

A entidade obteve no exercício Receitas Financeiras e Não Operacionais relativas à, Descostos Recebidos, Rendas S/Aplicações Financeiras, Variação Monetária e Atualização de Impostos e Bonificações e Ganhos Diversos, conforme tabela abaixo:

NOTA 26 – DESPESAS OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

Despesa da entidade - Registram-se nesta rubrica os gastos realizados para manutenção e funcionamento da entidade, lançadas contra a apresentação de notas fiscais, recibos dentro do regime de competência, ou lançadas através de provisões.

NOTA 27 - GRATUIDADES CONCEDIDAS

No atendimento às suas atividades estatutárias, a entidade, no ano de 2023, concedeu as seguintes gratuidades:

- Ambulatorial;
- Hospitalar;

Com base no quadro acima, observa-se que a entidade suporta 34,43% das despesas hospitalares com outros recursos. É necessário destacar que a clientela atendida (população indígena) vem de extrema pobreza, situação que torna imperiosa que todo atendimento seja feito gratuitamente, não tendo outros financiamentos, fazendo com que todo atendimento seja via SUS. Com a "contratualização", com os órgãos públicos de saúde, não supre todas as despesas hospitalares, a Missão tem arrecadado doações de diversos materiais, (ver nota 24), junto às entidades organizadas de nossa sociedade, especialmente entre as igrejas evangélicas, as quais representam 18,75% das despesas hospitalares, objetivando que seja oferecido o melhor possível aos pacientes indígenas.

Descrição	Receitas 2023	Despesas 2023	Diferença %	Receitas 2022	Despesas 2022	Diferença %
Totais	3.697.924,74	5.639.863,47	-34,43%	4.289.408,40	4.865.650,04	4,84%
Sistema Único de Saúde – SUS (Contratualização)	2.859.992,76			2.807.901,12		
Doações-Produtos Recebidas	130.127,03			34.799,02		
Doações Voluntárias	14.433,29			53.677,76		
Outras Receitas	693.471,64			1.393.630,50		
Despesas Hospitalares		5.639.863,47			4.865.650,04	

e) Assistência Social;

Com base no quadro acima, a entidade recebeu um montante oriundo de doações e produtos que foram utilizados no decorrer do exercício para atender as necessidades da comunidade.

NOTA 28 – VOLUNTARIADO

Alguns membros e colaboradores da entidade realizam trabalhos voluntários, tendo no ano de 2023, realizado diversas ações, cujos valores foram estimados com base em valor de mercado, conforme demonstrativo abaixo:

NOTA 29- CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para o exercício de 2024 poderá ocorrer a cessação de repasses oriundos do Governo Federal para administração de diversos convênios, impactando de forma substancial nas receitas da entidade, entretanto, a mesma continuará suas atividades sociais e operacionais dentro da normalidade com atendimento a comunidade local, em cumprimento a seu objeto social previsto no estatuto.

NOTA 30 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

Apuração do Resultado do Exercício – O reconhecimento das receitas e despesas da entidade é realizado pelo regime de competência.

NOTA 31- TERMO DE RESPONSABILIDADE

A entidade assume inteira responsabilidade pela veracidade e fidedignidade da presente demonstração contábil.

Para efeitos de comparabilidade, as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023, estão sendo ladeadas pelas mesmas peças contábeis em 31/12/2022.

Dourados-MS, 31 de dezembro de 2023.

GERALDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE
CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CPF - 809.843.120-72
CRC/MS-010510/O-0

MISSÃO CAIUÁ
CNPJ/MF nº. 03.747.268/0001-80
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO 2023

APRESENTAÇÃO

O Conselho Fiscal, reunido nos dias 7 e 8 de março de 2024, nas dependências do escritório da Missão Caiuá – Rod. Dourados Itaporã, Km 2 – Dourados – MS, com a presença dos membros do conselho fiscal, (IPIB) Presb. Sonia Regina Machado dos Santos, Presb. Paulo Marcos Barbosa e Silva e pela IPB, Rev. Daniel Fogaça e Presb. Johnderson Nogueira de Carvalho, para deliberar sobre Apreciação de Demonstrações Financeiras encerrado em 31 de dezembro de 2023, com vistas ao cumprimento das atribuições do Conselho Fiscal, contida no Estatuto da instituição, Art. 24, Incisos I e II, os quais definem como atribuições, respectivamente: "I - Dar parecer sobre o balanço anual das contas da Missão Caiuá, encaminhado pelo Secretário Executivo, podendo solicitar informações complementares que julgar necessárias ou úteis à sua deliberação; II - Fornecer pareceres sobre a gestão da Missão Caiuá, quando solicitado pela assembleia Geral."

DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Iniciando a reunião no dia 7 de março de 2024, a comissão do conselho teve acessos aos referidos relatórios contábeis: Balanço Patrimonial, as demonstrações contábeis, Análise das retrospectivas de 2023. Registramos a presença dos seguintes representantes da Missão Caiuá: Adriana Morello da Silva Ferreira – contadora da missão, Cleverson Daniel Dutra-Coordenador do RH e Jurídico da Missão Caiuá, Nayara Aparecida Fazan Soares onde todos forneceram esclarecimentos a respeito dos relatórios que foram apresentados. O Conselho fiscal após ter o conhecimento de todos os relatórios contábeis, que foram apresentados, verificou estarem dentro dos padrões exigidos. Em linhas gerais, segue as seguintes observações abaixo relacionadas.

RESSALVAS DO RELATÓRIO DE 2022

Resaltamos que os apontamentos feitos pela comissão em 2023 relativo ao exercício de 2022 não foram observados pela Assembleia. Por esse motivo, reencaminhamos o relatório integral anexo ao relatório desse ano.

RELATÓRIO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO O DRE é muito conciso e fica claro que este relatório não reflete a realidade financeira da Missão Caiuá, apresentando um déficit no valor de R\$ 1.250.102,24. Nesse montante deve ser levado em consideração o arrendamento da soja no ano, ficando o déficit real no valor de R\$ 746.114,56. Importante ressaltar também o passivo de 2023 de R\$ 1.351.142,09 que, se não for resolvido durante o ano de 2024, será incorporado ao passivo circulante de exercícios anteriores que já somam hoje o total de R\$ 10.018.453,66.

EM LINHAS GERAIS

- a- Observa-se que a MEC, está mudando o regime de contratação de missionários do regime contratual da CLT para COngrua.
- b- Seria interessante ter uma nota explicativa sobre como está sendo feito o provisionamento do arrendamento de soja.
- c- Falta de investimento em propagandas e marketing da missão nas áreas de mídias sociais, com vistas a ampliar e divulgar o trabalho e a função da MEC, no trabalho do hospital Indígena, assim como atualização do site da MEC, da educação, na obra missionária do evangelismo da Missão, como também na formação de missionários indígenas, pelo Instituto Bíblico.
- d- Alertamos sobre possível aumento salarial da categoria profissional de enfermagem e demais colaboradores da área da saúde com reflexos e impactos financeiros nos custos da MEC.
- e- Foi solicitado a previsão orçamentária para o ano de 2024, que apresentou valores expressivos, que demonstram atenção para a gestão deste ano, o qual poderá ocorrer um déficit no valor superior a R\$ 3.000.000,00.

- t- Observa-se que a dívida da MEC tem aumento anualmente. Verificou-se que, de um valor positivo, no ano de 2022 de R\$ 470.000,00, se tornou deficitária em 2023 de 140% (R\$ 1.250.000,00).
- q- Observar que de acordo com a Lei 14.434 do Governo Federal, não haverá subsídios na carreira de enfermagem por parte do Governo Federal a partir de 2025, o que deverá aumentar sensivelmente o déficit com cargos e salários mensais da MEC.
- r- Observar que a partir de 2025 a MEC não foi contemplada com nenhum convenio por parte do Governo Federal.
- s- Observar a falta de empenho na captação de recursos junto as igrejas da IPB e IPIB e autarquias das igrejas (Editora Cultura Crista, APMT, APECOM, Pendão Real e SM-IPIB).
- j- Observar a falta de empenho em parcerias público-privadas na provisão de recursos.
- k- Estranhar o fato de o Estatuto não ser publicitado no site da entidade, o qual esta em desacordo com as melhores práticas do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

Diante do que foi exposto, verifica-se que há espaço para a MEC desenvolver um grande trabalho de divulgação, com o intuito de se fazer conhecido às igrejas e a iniciativa privada afim de se obter mais contribuições que venham alavancar futuros projetos da MEC.

ANÁLISE E PARECER

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as explicações apresentadas pela atual Gestão validadas pelos relatórios apresentados;

Considerando a transparência na aplicação dos recursos dos Convênios firmados e da Gestão da Missão Caiuá;

Considerando que a Gestão vem aplicando as normas exigidas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI do Ministério da Saúde;

Expressamos nossa gratidão a Deus pela sua condução da direção da MEC, e sua divina pela provisão diária. Rogamos a Deus as mais ricas bênçãos sobre a Assembleia da MEC na árdua condução desta obra Missionária.

RESOLVE Dar o parecer favorável à aprovação das contas referentes ao exercício de 2023.

Dourados, 17 de abril de 2024.

Presb. Sonia Regina Machado dos Santos

Presb. Paulo Marcos Barbosa e Silva

Rev. Daniel Fogaça

Presb. Johnderson Nogueira de Carvalho

